

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Associados

Cooperativa de Crédito dos Fornecedores de Cana,

Agropecuaristas e Empresários da Região de Piracicaba – SICOOB COCRE

OPINIÃO COM RESSALVAS

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito dos Fornecedores de Cana, Agropecuaristas e Empresários da Região de Piracicaba – SICOOB COCRE (“SICOOB COCRE” ou “Cooperativa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos dos assuntos descritos no parágrafo “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito dos Fornecedores de Cana, Agropecuaristas e Empresários da Região de Piracicaba - SICOOB COCRE em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

BASE PARA OPINIÃO COM RESSALVAS

Conforme mencionado na Nota 13 (i) às demonstrações financeiras, a Cooperativa reconheceu provi-

ção para riscos fiscais no período de 2006 a 2012, no montante líquido de R\$ 3.241.846, relativos a possíveis questionamentos/autuações e, portanto, em desacordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o passivo não circulante está apresentado a maior em R\$ 3.241.846 e o patrimônio líquido a menor no mesmo montante.

Conforme mencionado na Nota 14.4 às demonstrações financeiras, a Cooperativa constituiu reserva (fundo) específica para fazer frente às obrigações assumidas em decorrência da adesão ao Procapcred - Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito, com recursos advindos das sobras líquidas, totalizando R\$ 4.693.144 e R\$ 7.777.428 em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, respectivamente. No entanto, considerando que a Cooperativa assumiu tais Obrigações dos cooperados em Assembleia Geral Ordinária de 26 de fevereiro de 2010, a Cooperativa deveria ter registrado um passivo correspondente, que a valores atualizados até 31 de dezembro de 2016 e de 2015, monta a aproximadamente R\$ 5.315.000 e R\$ 8.290.000, respectivamente, ao invés de constituir a reserva acima mencionada, sendo que os encargos anuais das obrigações deveriam ter sido registrados no resultado financeiro dos exercícios findos nessas datas. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, nas demonstrações financeiras da Cooperativa o passivo está apresentado a menor e o patrimônio líquido a maior em aproximadamente R\$ 5.315.000 e R\$ 8.290.000 e as sobras desses exercícios

estão apresentadas a maior em aproximadamente R\$ 790.000 e R\$ 1.038.000, respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 26 de fevereiro de 2016, sem ressalva.

RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A administração do SICOOB COCRE é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante,

independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do SICOOB COCRE continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o SICOOB COCRE ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do SICOOB COCRE são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do SICOOB COCRE.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do SICOOB COCRE. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divul-

gações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o SICOOB COCRE a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 28 de abril de 2017

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes

CRC 2SP000160/O-5 "F"

Maurício Cardoso de Moraes

Contador CRC 1PR035795/O-1 "T" SP

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (em reais)

Ativo	Nota	2016	2015	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2016	2015
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	3	2.657.593	2.789.010	Depósitos à vista, a prazo e sob aviso	10	258.213.967	212.469.671
Relações interfinanceiras	4	7.470.948	12.198.300	Obrigações por empréstimos e repasses	11	64.141.037	61.517.262
Operações de crédito	5	112.093.354	124.228.665	Obrigações sociais e estatutárias	12	3.557.257	2.448.611
Títulos e valores mobiliários	6	258.029.525	190.868.083	Obrigações fiscais e previdenciárias	12	734.901	498.320
Outros créditos	7	312.025	215.527	Outras obrigações	12	7.731.948	8.680.519
Outros bens e valores a receber		126.124	27.608				
Total do ativo circulante		380.689.569	330.327.193	Total do passivo circulante		334.379.110	285.614.383
Não circulante				Não circulante			
Operações de crédito	5	46.865.423	42.750.615	Obrigações por empréstimos e repasses	11	5.983.851	9.296.045
Investimentos	8	10.741.745	10.427.931	Provisões para contingências	13	3.579.110	3.749.991
Imobilizado	9	1.265.985	809.113				
Total do ativo não circulante		58.873.153	53.987.659	Total do passivo não circulante		9.562.961	13.046.036
				Total do passivo		343.942.071	298.660.419
				Patrimônio líquido			
				Capital social	14	49.351.685	47.552.906
				Reserva legal		27.090.036	19.381.242
				Reserva especial		4.693.144	7.777.428
				Reserva estatutária		2.371.750	2.188.571
				Juros sobre capital próprio à integralizar		2.627.035	
				Sobras acumuladas		9.487.001	8.754.286
				Total do patrimônio líquido		95.620.651	85.654.433
Total do ativo		439.562.722	384.314.852	Total do passivo e patrimônio líquido		439.562.722	384.314.852

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Demonstração das sobras ou perdas • Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)

	Nota	2016	2015
Ingressos da intermediação financeira			
Operações de crédito		37.396.103	29.834.921
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		32.936.020	25.595.226
		70.332.123	55.430.147
Dispêndios da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado		(29.752.343)	(22.119.124)
Operações de empréstimos e repasses		(5.468.903)	(4.501.426)
Provisões para perdas com operações de crédito	5.3	(7.803.545)	(7.189.603)
		(43.024.791)	(33.810.153)
Resultado bruto da intermediação financeira		27.307.332	21.619.994
Outros ingressos (dispêndios) operacionais			
Ingressos da prestação de serviços		2.432.467	1.658.934
Dispêndios de pessoal		(8.271.732)	(6.799.023)
Dispêndios tributários		(18.677)	(10.960)
Outros dispêndios administrativos	16	(8.009.384)	(6.376.270)
Outros ingressos operacionais	17	5.916.002	6.759.885
Outros dispêndios operacionais	18	(3.245.483)	(2.114.674)
		(11.196.807)	(6.882.108)
Resultado operacional		16.110.525	14.737.886
Resultado não operacional		35.753	(3.798)
Sobras antes do imposto de renda e da contribuição social		16.146.278	14.734.088
Imposto de renda e contribuição social		(170.588)	(40.914)
Sobras lucro líquido antes da reverão juros sobre capital		15.975.690	14.693.174
Juros sobre capital		2.627.035	1.693.315
Sobras do exercício		18.602.725	16.386.489

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (em reais)

	Nota	Capital social	Juros sobre capital próprio a integralizar	Reserva legal	Fundo para aumento de capital	Reserva especial	Sobras acumuladas	Total
Em 31 de dezembro de 2014		43.428.479		16.196.322	779.056	10.410.423	3.116.223	73.930.503
Destinação das sobras de 2014	14.3	453.602		266.825		1.782.099	(3.116.223)	(613.697)
Pagamento de juros Procapred	14.4					(4.415.094)		(4.415.094)
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		1.198.454						1.198.454
Capitalização de reserva	14.2	779.056			(779.056)			
Sobras do exercício							16.386.489	16.386.489
Juros sobre capital integralizados		1.693.315					(1.693.315)	
Proposta para destinações estatutárias e legais								
Reserva Legal (20%)	14.2			2.918.095			(2.918.095)	
Fundo para aumento de capital	14.2				2.188.571		(2.188.571)	
FATES (5%)	14.2						(729.524)	(729.524)
FATES - resultado de operações com não cooperados							(102.698)	(102.698)
Em 31 de dezembro de 2015		47.552.906		19.381.242	2.188.571	7.777.428	8.754.286	85.654.433
Destinação das sobras de 2015	14.3	1.360.806		4.867.380		685.010	(8.754.286)	(1.841.090)
Pagamento de juros Procapred	14.4					(3.769.294)		(3.769.294)
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		(1.750.598)						(1.750.598)
Capitalização de reserva	14.2	2.188.571			(2.188.571)			
Utilização de reserva para fins operacionais	14.5			(320.919)				(320.919)
Sobras do exercício	14.2						18.602.725	18.602.725
Juros sobre capital a integralizar	14.2		2.627.035				(2.627.035)	
Proposta para destinações estatutárias e legais								
Reserva Legal (20%)	14.2			3.162.333			(3.162.333)	
Fundo para aumento de capital	14.2				2.371.750		(2.371.750)	
FATES (5%)	14.2						(790.583)	(790.583)
FATES - resultado de operações com não cooperados							(164.023)	(164.023)
Em 31 de dezembro de 2016		49.351.685	2.627.035	27.090.036	2.371.750	4.693.144	9.487.001	95.620.651

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.


Demonstração dos fluxos de caixa • Exercícios findos em 31 de dezembro (em reais)

	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobras do exercício	18.602.725	16.386.489
Ajustes		
Valor residual da baixa do ativo imobilizado	912	547.747
Depreciações e amortizações	180.136	54.181
Provisão para perdas com operações de créditos	7.803.545	7.189.603
	26.587.318	24.178.020
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	(67.161.442)	8.426.861
Operações de crédito	216.959	(46.152.813)
Outros créditos	(96.498)	(71.615)
Outros valores e bens	(98.514)	39.604
Depósitos	45.744.296	24.473.676
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	50.229	
Obrigações por empréstimos e repasses	(738.648)	2.092.441
Outras obrigações	(728.834)	(1.089.164)
Caixa proveniente das atividades operacionais	3.774.866	11.897.010
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de investimentos	(313.814)	(986.594)
Aquisição de ativo imobilizado	(637.920)	(1.155.258)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(951.734)	(2.141.852)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento juros procapred	(3.769.294)	(4.415.094)
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas	(1.750.598)	1.198.454
Sobras distribuídas	(1.841.090)	(613.697)
Sobras do exercício	(320.919)	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(7.681.901)	(3.830.337)
Aumento/diminuição de caixa e equivalente de caixa	(4.858.769)	5.924.821
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	14.987.310	9.062.489
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	10.128.541	14.987.310

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional

O SICOOB COCRE é uma sociedade cooperativa de crédito da modalidade plena, equiparada a uma instituição financeira constituída nos termos da Lei 5.764/71 e Estatuto Social e tem como objetivo social proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados em suas atividades específicas, buscando apoiar e aprimorar a produção, a produtividade e a qualidade de vida, bem assim a comercialização e industrialização dos bens produzidos. Com sede na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, sua área de atuação abrange o município sede e as cidades de Americana, Anhembi, Araras, Arthur Nogueira, Boituva, Botucatu, Brotas, Capivari, Cerquilha, Charqueada, Chavantes, Conchas, Cordeirópolis, Cosmópolis, Elias Fausto, Engenheiro Coelho, Ipeúna, Iracemápolis, Itapira, Laranjal Paulista, Limeira, Mogi-Mirim, Mogi Guaçu, Mombuca, Nova Odessa, Pirassununga, Porto Feliz, Rafard, Rio Claro, Rio das Pedras, Saltinho, Santa Bárbara d'Oeste, Santa Cruz da Conceição, Santa Cruz das Palmeiras, Santa Gertrudes, Santa Rita do Passa Quatro, Santa Maria da Serra, Santo Antônio da Posse, São Pedro, Tietê e Torrinha.

A Cooperativa de Crédito dos Fornecedores de Cana, Agropecuaristas e Empresários da Região de Piracicaba – SICOOB COCRE (“SICOOB COCRE”) é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 29 de março de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB SÃO PAULO (Nota 21) e acionista do SICOOB - Sistema das Cooperativas de Crédito Integrantes do BANCOOB. O SICOOB COCRE conta com um centro administrativo em Piracicaba e possui Postos de Atendimento - PA nos municípios de Piracicaba, Araras, Charqueada, Iracemápolis, Saltinho, Cos-

mópolis, Rio Claro, Rio das Pedras, Chavantes e Santa Bárbara d'Oeste.

2. Descrição das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do Banco Central do Brasil, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Tais demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 27 de janeiro de 2017.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Cooperativa é como segue:

2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento.

2.2. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular Banco Central do Brasil nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

2.3. Operações de crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor atualizado “pro rata temporis”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas a partir de 60 dias.

A provisão para perdas com operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

2.4. Investimentos

Os investimentos são representados por participações na Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB SÃO PAULO e Banco Cooperativo do Brasil - BANCOOB e são avaliados pelo custo de aquisição.

2.5. Imobilizado

Móveis e utensílios, sistemas de comunicação, de segurança e de transportes e equipamentos de processamento de dados são demonstrados pelo custo de aquisição.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 9.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados em “Resultado não operacional”.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos e o imobilizado são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável.

2.7. Depósitos e captações no mercado

Os depósitos (à vista, a prazo e sob aviso) pós e pré-fixados e a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA estão atualizados até a data do balanço pelos índices contratados.

2.8. Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e repasses tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”).

2.9. Provisão para contingências

Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações trabalhistas, cíveis e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Existem situações em que o SICOOB COCRE questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo, e estão classificados no ativo realizável a longo prazo, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.823.

2.10. Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Registrados pelo regime de competência, inclusive, quando aplicável, atualizados até a data do balanço.

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

2.11. Apuração das sobras

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos na demonstração de sobras de acordo com o regime de competência.

2.12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social - 17%. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados é isento de tributação.



3. Caixa e equivalentes de caixa

As disponibilidades e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendidas as determinações da Resolução CMN nº 3.604 (Nota 2.1).

	2016	2015
Disponibilidades	2.657.593	2.789.010
Relações interfinanceiras (Nota 4)	7.470.948	12.198.300
	10.128.541	14.987.310

4. Relações interfinanceiras

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira do Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SÃO PAULO, conforme determinado no artigo 37º da Resolução CMN nº 4.434, com remuneração de, aproximadamente, 95% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e liquidez imediata, os quais resultaram, no exercício de 2016, em ingressos de depósitos intercooperativos no montante de R\$ 493.700 (2015 - R\$ 575.635), registrados em contrapartida de Outros ingressos operacionais (Nota 17).

5. Operações de crédito

5.1. Composição da carteira por modalidade

Modalidade	2016	2015
Adiantamentos a depositantes	387.669	311.093
Cheque especial e conta garantida	5.819.359	5.156.642
Empréstimos e crédito pessoal	73.773.104	70.184.662
Títulos descontados	14.222.130	23.316.648
Financiamentos	7.984.769	9.371.796
Financiamentos rurais e agroindustriais	66.817.506	71.730.342
Provisão para perdas com operações de crédito	(10.045.760)	(13.091.903)
	158.958.777	166.979.280
Ativo circulante	(112.093.354)	(124.228.665)
Não circulante - Realizável a longo prazo	46.865.423	42.750.615

5.2. Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2016	2015
2017		402.053
2018	19.290.769	12.965.916
2019	19.189.102	20.978.009
2020	4.185.540	6.534.973
2021	4.074.843	1.725.095
2022 a 2025	125.169	144.569
	46.865.423	42.750.615

5.3. Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	2016	2015
Saldo inicial	(13.091.903)	(17.511.342)
(-) Créditos baixados para prejuízo	10.849.688	11.609.042
Provisão constituída no exercício	(7.803.545)	(7.189.603)
Saldo final	(10.045.760)	(13.091.903)

5.4. Recuperação de créditos anteriormente baixados para prejuízo

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas totalizou R\$ 2.841.554 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (2015 - R\$ 1.132.350), e foi registrada em contrapartida em "Outros ingressos operacionais" (Nota 17).

5.5. Operações de crédito renegociadas

Em 31 de dezembro de 2016, as operações de crédito renegociadas totalizam R\$ 5.742.470, e estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682/99.



5.6. Composição da carteira por nível de risco e situação de vencimento

		2016			2015		
Nível de risco	Provisão	Vencidas	A vencer	Total	Vencidas	A vencer	Total
AA			832.459	832.459		8.766.029	8.766.029
A	0,5%	810.811	41.315.158	42.125.969	142.257	63.312.204	63.454.461
B	1%	1.383.217	82.057.063	83.440.280	472.523	71.155.474	71.627.997
C	3%	564.832	19.296.408	19.861.240	552.941	17.330.803	17.883.744
D	10%	126.334	6.130.852	6.257.186	247.430	5.395.801	5.643.231
E	30%	271.577	11.492.072	11.763.649	1.168.314	567.183	1.735.497
F	50%	14.298	393.256	407.554	34.843	969.068	1.003.911
G	70%	51.834	847.832	899.666	1.024	70.321	71.345
H	100%	527.051	2.889.483	3.416.534	3.107.950	6.777.018	9.884.968
		3.749.954	165.254.583	169.004.537	5.727.282	174.343.901	180.071.183
Provisão para perdas com operações de crédito		(699.421)	(9.346.339)	(10.045.760)	(3.523.350)	(9.568.553)	(13.091.903)
Total		3.050.533	155.908.244	158.958.777	2.203.932	164.775.348	166.979.280

6. Títulos e valores mobiliários

Modalidade	2016	2015
Títulos de renda fixa	241.432.972	180.460.740
Fundo de investimento	16.596.553	10.407.343
	258.029.525	190.868.083

Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, as aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI no SICOOB SP. O fundo de investimento no Banco do Brasil é atualizado na data do balanço pelos índices contratados.

7. Outros créditos

	2016	2015
Impostos e contribuições a compensar	108.235	96.211
Rendas a receber	82.206	54.027
Avais e fianças honrados	52.659	
Adiantamentos e antecipações salariais	35.418	
Títulos e créditos a receber	9.362	9.979
Devedores diversos - país	9.845	34.699
Diversos	14.300	20.611
	312.025	215.527

8. Investimentos

	2016	2015
Cooperativa de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB SÃO PAULO (i)	9.940.772	9.813.056
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB (ii)	800.973	614.875
	10.741.745	10.427.931

(i) No exercício 2016, a Cooperativa efetuou aportes de capital no montante de R\$ 127.716 (2015 – R\$ 127.716). Adicionalmente a cooperativa recebeu juros sobre capital próprio do SICOOB SP no montante de R\$ 773.264 (2015 – R\$ 728.859), mencionados na Nota 17.

(ii) No exercício de 2016, a Cooperativa adquiriu ações no BANCOOB no montante de R\$ 186.098 (2015 – R\$ 130.021)



9. Imobilizado

	Móveis e equipamentos	Sistema de processamento de dados	Sistema de segurança	Sistema de transportes	Total
Em 31 de dezembro de 2014					
Saldo inicial	67.549	113.159	50.967	24.108	255.783
Adições	470.180	430.131	109.323	145.624	1.155.258
Alienações/baixas	(28.816)	(16.035)	(9.330)		(54.181)
Depreciação	(93.576)	(252.353)	(79.268)	(122.550)	(547.747)
Saldo contábil, líquido	415.337	274.902	71.692	47.182	809.113
Em 31 de dezembro de 2015					
Custo	508.913	527.255	150.960	169.732	1.356.860
Depreciação acumulada	(93.576)	(252.353)	(79.268)	(122.550)	(547.747)
Saldo contábil, líquido	415.337	274.902	71.692	47.182	809.113
Em 31 de dezembro de 2015					
Saldo inicial	415.337	274.902	71.692	47.182	809.113
Adições	165.470	162.781	72.285	237.384	637.920
Alienações/baixas	(297)	(615)			(912)
Transferências	(7.590)	7.590			
Depreciação	(46.449)	(81.009)	(7.387)	(45.291)	(180.136)
Saldo contábil, líquido	526.471	363.649	136.590	239.275	1.265.985
Em 31 de dezembro de 2016					
Custo	666.496	697.011	223.245	407.116	1.993.868
Depreciação acumulada	(140.025)	(333.362)	(86.655)	(167.841)	(727.883)
Saldo contábil, líquido	526.471	363.649	136.590	239.275	1.265.985
Taxa anual de depreciação %	10	20	10	20	

10. Depósitos à vista, a prazo e sob aviso

	2016	2015
Depósitos à vista	29.575.370	24.995.614
Depósitos sob aviso	9.687.279	11.645.803
Depósitos a prazo	218.951.318	175.828.254
	258.213.967	212.469.671

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos a prazo e sob aviso são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual (entre 95% até 97%) do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Estão garantidos, até o limite de R\$ 250.000 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCOOP), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC), regida por regulamento próprio.

11. Obrigações por empréstimos e repasses e por repasses interfinanceiros

Modalidade	2016	2015
Obrigações por empréstimos e repasses - Banco do Brasil (i)	20.202.081	10.179.311
Securitização	153.868	175.870
Letra de crédito do agronegócio – LCA (ii)	50.229	
Obrigações por repasses interfinanceiros - BANCOOB (i)	49.718.710	60.458.126
	70.124.888	70.813.307
Passivo circulante	(64.141.037)	(61.517.262)
Não circulante	5.983.851	9.296.045

(i) As operações com o BANCOOB e Banco do Brasil, são substancialmente para Investimento Agrícola, Custeio e securitização. As garantias são avais da diretoria e as cédulas rurais no caso de repasse.

(ii) Referem-se a Letra de Crédito do Agronegócio – LCA, emitidos pelo SICOOB COCRE, com garantia de títulos descontados mantidos em carteira e tem exigibilidade imediata. Conforme a Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para pessoas físicas e também são garantidas pelo fundo garantidor do cooperativismo de crédito (FGCOOP).



Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2016	2015
2017		1.739.973
2018	2.908.738	3.467.490
2019	2.807.159	3.770.007
2020	114.086	142.705
2021 a 2025	153.868	175.870
	5.983.851	9.296.045

12. Outras obrigações

	2016	2015
Sociais e estatutárias		
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	2.702.681	2.273.848
Cotas de capital a pagar	854.576	174.763
	3.557.257	2.448.611
Fiscais e previdenciárias		
Impostos e contribuições a recolher	734.901	498.320
Outras obrigações		
Ordens de pagamento	5.498.672	7.018.209
Obrigações por prestação de serviços de pagamento	585.166	367.859
Provisão para pagamentos a efetuar	1.389.011	986.985
Provisão para passivos contingentes - garantias prestadas	145.588	96.540
Credores diversos - País	113.511	210.926
	7.731.948	8.680.519

(i) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa e é constituído por 5% das sobras líquidas do exercício e pelo resultado de operações com não cooperados (Nota 14.2).

13. Provisão para contingências

	2016	2015
Trabalhistas	117.822	388.703
Cíveis	219.442	119.442
Tributárias (i)	3.241.846	3.241.846
	3.579.110	3.749.991

(i) Mesmo não tendo autuações, a Cooperativa registrou, em exercícios anteriores, provisão para riscos fiscais, tendo em vista que efetuou aplicações em fundos de investimentos no período de 2006 a 2012, expondo-se a riscos de questionamentos tributários nesse período.

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

	2016	2015
Número de cooperados	9.643	8.594
Capital subscrito	51.978.720	47.552.906
Valor da cota parte	1,00	1,00

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados.

14.2. Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da Cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, as sobras líquidas apuradas terão a seguinte destinação:

- 20% para a Reserva legal (Fundo de reserva), cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades; e
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da Cooperativa.

Além dessas destinações, a Lei nº 5.764/71 prevê:

- (i) que os resultados positivos das operações com não-cooperados serão destinados ao Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES;
- (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os cooperados;
- (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação, como é o caso do Fundo para aumento capital, 15%, constituído conforme art. 34 do Estatuto Social do SICOOB COCRE. Adicional-

mente o valor é vertido para aumento de capital no decorrer do quadrimestre seguinte ao último exercício na forma de cotas partes.

Em reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de dezembro de 2016, foi proposta e aprovada a remuneração de juros sobre o capital integralizado de 40% da taxa anual da Selic, tendo também proposto a destinação desse montante para o capital social. De acordo com o artigo 28 do Estatuto Social da Cooperativa, o Conselho de Administração pode remunerar o capital integralizado pelos cooperados até o limite da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic). O montante foi registrado contabilmente na conta de “Capital integralizado” e reclassificado para fins de divulgação das demonstrações financeiras para a rubrica “Juros sobre capital próprio à integralizar”, até que a referida destinação de capital seja ratificada em Assembleia Geral Ordinária

14.3. Aprovação das destinações

As destinações estatutárias e legais e a destinação das sobras dos exercícios sociais de 2014 e 2015 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 18 de março de 2015 e 16 de março de 2016, respectivamente.

Adicionalmente na assembleia geral ordinária de 18 de março de 2015 e 16 de março de 2016 foi deliberado a destinação de sobras a disposição da assembleia. Portanto foi deliberado o montante de R\$ 685.010 (2015 - R\$ 1.782.099) para Reserva especial, R\$ 4.867.380 (2015 - R\$ 266.825) para a Reserva legal, R\$ 1.360.806 (2015 - R\$ 453.602) para integralização ao capital, distribuído pela fração da participação de cada associado na soma dos juros pagos em empréstimos, exceto adiantamentos a depositantes e repasse, e R\$ 1.841.090 (2015 - R\$ 613.697) para crédito em conta corrente, distribuído pela fração de participação de cada associado na soma dos saldos médios em aplicações e depósitos à vista.

14.4. Pagamento de juros Procapcred

Em 25 de agosto de 2009 foi deliberado pelo Conselho de Administração a adesão da Cooperativa ao Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito – Procapcred, decisão essa ratificada na Assembleia Geral Ordinária de 26 de fevereiro de 2010. A AGO não somente aprovou a adesão da Cooperativa, como também ratificou a formação de um fundo específico para fazer frente as obrigações assumidas em decorrência da adesão ao Procapcred, o Fundo Reservas Especiais de Lucro (Procapcred), com recursos advindos das sobras líquidas apuradas no atual exercício e nos futuros, até total liquidação de todas as obrigações assumidas.

Na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de março de 2014, foi aprovado o Regulamento do Procapcred, esclarecendo que operações contraídas por nossos associados após essa data não seriam mais pagas pelo referido fundo, e sim pelo proponente da operação.

14.5. Utilização de reserva para fins operacionais

Baseada no artigo 28 da Lei 5.764/71 e no artigo 34 do Estatuto social da Cooperativa, a mesma destinou parte da reserva para efetuar manutenção dos Pontos de Atendimento localizados nas cidades de Piracicaba (R\$ 80.890), Saltinho (R\$ 14.000), Cosmópolis (R\$ 109.634), Rio Claro (R\$ 1.308), Rio das Pedras (R\$ 18.464), Chavantes (R\$ 18.429) e Santa Barbara d'Oeste (R\$ 78.194).

15. Garantias

Em 31 de dezembro de 2016, o SICOOB COCRE é avaliada em operações realizadas por determinados associados junto ao BNDES no montante R\$ 20.295.985 (2015 – 19.095.115), referente a avais prestados em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A Cooperativa provisiona perdas no montante de R\$ 145.588 (2015 - R\$ 96.540), levando em consideração o histórico dessas operações e a expectativa de realização dessas garantias.

16. Outros dispêndios administrativos

	2016	2015
Água, energia e gas	(45.678)	(24.766)
Aluguéis	(255.776)	(108.936)
Comunicações	(514.057)	(475.469)
Honorários	(2.038.180)	(1.350.183)
Manutenção e conservação de bens	(317.094)	(470.852)
Despesas de materiais	(124.492)	(160.329)
Despesas de processamento de dados	(465.201)	(513.171)
Propaganda e publicidade	(205.974)	(76.953)
Seguros	(117.427)	(76.427)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(1.059.162)	(715.077)
Despesas de serviços de terceiros	(448.370)	(352.327)
Serviço de vigilância e segurança	(800.095)	(613.277)
Serviços técnicos especializados	(265.466)	(382.573)
Transportes	(286.902)	(341.962)
Despesas de viagens	(74.546)	(52.361)
Outras despesas administrativas	(990.964)	(661.607)
	(8.009.384)	(6.376.270)

17. Outros ingressos operacionais

	2016	2015
Outras rendas operacionais	1.374.383	995.038
Recebimento de juros sobre capita próprio - SICOOB SP	773.264	728.859
Ingressos de depósitos intercooperativos	493.700	575.635
Reversão de provisões operacionais		3.208.764
Recuperação de encargos e despesas	433.101	119.239
Recuperação de créditos baixados para prejuízo (Nota 5.4)	2.841.554	1.132.350
	5.916.002	6.759.885



18. Outros dispêndios operacionais

	2016	2015
Depreciação	(181.048)	(115.773)
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN	(1.534)	(1.665)
Contribuição ao Cofins	(29.626)	(16.687)
Contribuição ao Pis/Pasep	(50.354)	(34.830)
Descontos concedidos em renegociações	(17.215)	
Juros sobre capital integralizados	(2.673.224)	(1.705.264)
Outras despesas operacionais	(292.482)	(240.455)
	(3.245.483)	(2.114.674)

19. Partes relacionadas

19.1. Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria executiva, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais, no montante de R\$ 2.038.180 (2015 – R\$ 1.350.183) refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas.

Saldos com o pessoal chave da administração

	2016	2015
Principais saldos		
Ativo		
Operações de crédito	1.305.036	1.428.608
Passivo		
Depósitos à vista, a prazo e sob aviso	2.329.616	855.732

19.2. Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - SICOOB SÃO PAULO

O SICOOB COCRE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – SICOOB SÃO PAULO, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

Atribuições estatutárias

O SICOOB SÃO PAULO tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB SÃO PAULO a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

Saldos e transações com o SICOOB SÃO PAULO

	2016	2015
(i) Principais saldos		
Ativo circulante		
Relações Interfinanceiras	7.470.948	12.198.300
Títulos e valores mobiliários	241.432.972	180.460.740
Ativo não circulante		
Investimentos	9.940.772	9.813.056
(ii) Principais operações		
Resultado		
Relações Interfinanceiras	1.010.982	899.864
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	30.799.529	22.428.529
Ingressos de depósitos intercooperativos	493.700	575.635
Juros sobre capital próprio	773.264	728.859

O SICOOB COCRE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB SÃO PAULO perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, e com todo o seu patrimônio, caso seja responsável pela insuficiência de liquidez de toda e qualquer natureza do SICOOB SÃO PAULO.

As demonstrações financeiras do SICOOB SÃO PAULO, em 31 de dezembro de 2016, foram auditadas por outros auditores independentes. A auditoria de suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi concluída em 13 de fevereiro de 2017.

20. Gerenciamento de riscos

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB COCRE aderiu à estrutura única de gestão do Risco operacional, Risco de mercado e Risco de crédito do SICOOB, centralizada no SICOOB Confederação, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

20.1. Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria executiva e pelo Conselho de Administração do SICOOB Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do SICOOB.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do SICOOB (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

20.2. Risco de mercado

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB COCRE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o SICOOB COCRE aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do SICOOB, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de estresse e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de estresse e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o SICOOB COCRE possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

20.3. Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do SICOOB COCRE objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas

práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o SICOOB COCRE aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o SICOOB COCRE possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

20.4. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do SICOOB COCRE objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o SICOOB COCRE aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB Ltda. (SICOOB Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e

é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- a)** avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- b)** planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- c)** adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

21. Eventos subsequentes

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de março de 2017, em função da renúncia, ocorrida em 7 de março de 2017, de quatro membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva, sendo eles o presidente do Conselho e Diretor, Sr. José Coral, 1º vice presidente, Sr. José Benedito Massarutto, 2º vice presidente, Sr. Arnaldo Antônio Bortoletto e o Conselheiro Vogal, Sr. Cyro André de Carvalho de Freitas, foram eleitos com mandato até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária de 2018, os seguintes membros que passaram a compor o Conselho de Administração da Cooperativa: presidente do Conselho e Diretor, Sr. Evandro Piedade do Amaral, 1º vice presidente, Sr. Marcos Farhat, 2º vice presidente, Sr. Manoel Perez Neto e os Conselheiros Vogal, Sr. Jose Rodolfo Penatti, Sr. Luiz Carlos Furtuoso, Sra. Elis Virginia Novello, Sr. José Eurides Bombasaro e Sr. Antônio Marcos Padoveze.

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito dos Fornecedores de Cana, Agropecuaristas e Empresários da Região de Piracicaba, pelos seus membros abaixo assinados, tendo em vista os resultados das reuniões de verificação realizadas no decorrer do exercício de 2016 para os fins previstos no inciso VIII do artigo 98º do Estatuto Social, e, após examinarem os documentos que compõem o “Balanço Geral” encerrado em 31 de dezembro de 2016 bem como da Demonstração de “Sobras ou Perdas” constataram que:

- a)** As escriturações contábeis e fiscais estão em perfeita ordem;
- b)** As despesas efetuadas, autorizadas pela Administração, encontram-se dentro das necessidades e possibilidades da cooperativa;
- c)** Não tem a cooperativa qualquer questão a resolver com as autoridades do Cooperativismo;

d) O saldo do dinheiro em caixa foi sempre constatado de acordo;

e) Os valores debitados ao FATES, conforme decisão da Administração, foram aprovados por este Conselho;

f) Todos os compromissos com terceiros encontram-se rigorosamente em dia.

Varias questões de ordem administrativa foram por nós tratadas com o Conselho de Administração, que as explicou a contento e tomou, conforme o caso, as providências recomendadas para a sua solução.

Dado o exposto, recomendamos a aprovação do Balanço Geral e Demonstrações de “Sobras ou Perdas” deste exercício, pela Assembleia Geral Ordinária.

Piracicaba, 22 de Fevereiro de 2017

DIREÇÃO



PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Coral

VICE-PRESIDENTES DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Arnaldo Antonio Bortoletto

José Benedito Massarutto

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cyro André Carvalho de Freitas

José Eurides Bombasaro

Antonio Marcos Padoveze

Manoel Perez Neto

Luiz Carlos Furtuoso

MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

José Francisco Chinelato

Fabício de Almeida Cezarin

Paulo Roberto Checoli

DIRETORIA EXECUTIVA

Luiz José Marabuzzi

Diretor Geral

José Coral

Diretor Administrativo

João Batista Stringhini

Diretor Operacional

Cristiano Celso

Diretor Estratégico

Alan Roberto Canalle

Contador - CRC-1SP306127-O-9

